



BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ(MF) nº 19.449.767/0001-20

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar
CEP 04538-133, Itaim Bibi - São Paulo - SP
www.btgpactual.com

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). **Contexto Operacional:** A BTG Pactual Vida e Previdência S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta, concedendo benefícios de caráter previdenciário na forma de renda continuada ou pagamento único em qualquer de suas modalidades ou formas, bem como instituir e operar em seguros do ramo vida, inclusive acidentes pessoais, em qualquer uma de suas modalidades ou formas.

A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 19.449.767/0001-20. Em 15 de abril de 2014, a SUSEP concedeu autorização para a BTG Pactual PV Holding Ltda. (posteriormente teve sua razão social alterada para BTG Pactual Vida e Previdência S.A.), operar em seguros de pessoas e previdência complementar. O controle acionário da BTG Vida e Previdência S.A. é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. As operações da Companhia serão conduzidas de forma integrada com as empresas que integram o Grupo BTG Pactual. **Desempenho:** A Companhia encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2018 com ativos totais de R\$611,4 milhões, e patrimônio líquido de R\$26,6 milhões. O prejuízo líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$53 Mil, principalmente devido à Prêmios emitidos de R\$18 milhões, Sinistros ocorridos de (R\$14,5 milhões), constituição da provisão de benefícios a conceder

de (R\$112,8 milhões) e Resultado financeiro de R\$9,6 milhões, com despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$153 mil. **Auditor Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecemos:** Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, à Previdência Privada e Vida, à Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), à Federação Nacional de Seguros Gerais (Fensseg) e ao Sindicato do Estado de São Paulo (Sindseg) pelo apoio recebido ao longo do período.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		609.596	342.550	Circulante		584.898	312.688
Disponível	4	1.798	10	Contas a pagar		670	4.230
Caixa e bancos		1.768	10	Obrigações a pagar		350	3.353
Valores a Regularizar		30	-	Impostos e encargos sociais a recolher		136	248
Aplicações	5	607.546	340.778	Encargos trabalhistas		103	133
Quotas de fundos de investimentos		584.283	318.908	Impostos e contribuições		81	496
Títulos de renda fixa - públicos		23.263	21.870	Débitos das operações com seguros e resseguros		444	413
Outros créditos operacionais		162	480	Outros débitos operacionais		444	413
Outros créditos operacionais		162	480	Valores a reclassificar - Previdência complementar		1.418	-
Títulos e créditos a receber	6	90	38	Provisões técnicas - seguros	7	420.128	221.485
Despesas antecipadas		-	1.244	Danos		67.418	64.523
Ativo não circulante		1.875	1.761	Provisão de sinistros a liquidar		7.299	8.437
Títulos e créditos a receber	6	1.224	1.158	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		59.839	55.726
Créditos tributários e previdenciários		1.224	1.158	Outras provisões		280	360
Investimentos		243	252	Pessoas - Vida com cobertura de sobrevivência		352.710	156.962
Participações societárias		243	252	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		352.665	156.962
Imobilizado		224	182	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	7	45	-
Bens móveis		124	86	Provisões técnicas - Previdência complementar	7	162.238	86.560
Outras imobilizações		100	96	PGBL		162.238	86.560
Intangível		184	169	Não circulante		3	-
Outros intangíveis		184	169	Contas a pagar		3	-
Total do ativo		611.471	344.311	Impostos e contribuições		3	-
				Patrimônio líquido	10	26.570	31.623
				Capital social		25.000	25.000
				Reservas de lucros		1.570	6.623
				Total do passivo		611.471	344.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos - DPVAT		17.875	22.649
Varição das provisões técnicas		(93)	(95)
Prêmios ganhos	12a	17.782	22.554
Receita com emissão de apólices	12b	3.007	2.479
Sinistros ocorridos	12c	(14.481)	(19.056)
Custo de aquisição		(215)	(267)
Outras receitas e despesas operacionais	12d	(2.002)	(2.408)
Rendas de contribuições e prêmios VGBL	12e	105.825	33.087
Constituição da provisão de benefícios a conceder	12f	(112.857)	(54.772)
Despesas de contribuições e prêmios VGBL		(7.032)	(21.685)
Despesas administrativas	12g	(5.777)	(5.180)
Despesas com tributos		(612)	(451)
Resultado financeiro	12h	9.482	27.178
Receita financeira	12h	30.138	34.222
Despesa financeira		(20.656)	(7.044)
Resultado operacional		152	3.164
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(52)	-
Resultado antes dos impostos e participações		100	3.164
Imposto de renda	11	(128)	33
Contribuição social	11	(25)	13
Lucro líquido do exercício		(53)	3.210
Distribuição de Dividendos		(5.000)	(3.250)
Quantidade de ações (lote de mil ações)		44.826	44.826
Lucro líquido por ação		(0,00)	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	(53)	3.210
Outros resultados abrangentes		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(53)	3.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro do exercício	(53)	3.210
Ajustes ao lucro:		
Depreciação e amortizações	62	62
Outros ajustes	(27)	13
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(266.768)	(42.769)
Outros créditos operacionais	318	317
Créditos fiscais e tributários	(118)	(1.186)
Despesas antecipadas	1.244	(1.244)
Outras contas a pagar	(8.207)	(499)
Provisões técnicas de previdência complementar	274.321	63.028
Depósitos de terceiros	1.418	-
Operações com seguros e resseguros	31	141
Impostos e contribuições	(415)	1.029
Caixa consumido nas atividades operacionais	1.806	20.044
Atividades de investimento		
Investimento	9	41
Aquisição/alienação imobilizado	(42)	-
Aquisição/alienação intangível	(15)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(48)	41
Atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(20.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	-	(20.000)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	1.758	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	7
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.768	10
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	1.758	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

quanto aplicável, da demonstração do resultado abrangente. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável. **Hierarquia de mensuração do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. **Nível 3:** Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. **c. Redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por impairment sobre os instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. **d. Contratos de seguros:** De acordo com o CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis define-se um contrato como contrato de seguro quando o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte, concordando em compensá-lo se um

continua →

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Ajuste de TVM		
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	45.000	333	6.330	(13)	-	51.650
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.210	3.210
Redução de Capital	(20.000)	-	-	-	-	(20.000)
Outros resultados abrangentes						
Títulos e valores mobiliários				13		13
Destinação do lucro líquido						
Reserva de Lucros		160				(160)
Juros sobre o capital próprio			(200)			(3.050)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	25.000	493	6.130			31.623
Lucro do exercício					(53)	(53)
Redução de capital						
Outros resultados abrangentes						
Títulos e valores mobiliários						
Destinação do lucro líquido						
Reserva de lucros			(53)			53
Distribuição de Dividendos			(5.000)			(5.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	25.000	493	1.077			26.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Vida e Previdência S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta, concedendo benefícios de caráter previdenciário na forma de renda continuada ou pagamento único em qualquer de suas modalidades ou formas, bem como instituir e operar em seguros do ramo vida, inclusive acidentes pessoais, em qualquer uma de suas modalidades ou formas. A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 19.449.767/0001-20. Em 15 de abril de 2014, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu autorização para a BTG Pactual PV Holding Ltda. (posteriormente teve sua razão social alterada para BTG Pactual Vida e Previdência S.A.), operar em seguros de pessoas e previdência complementar. Em 01 de fevereiro de 2015, a Companhia iniciou suas operações. O controle acionário da BTG Vida e Previdência S.A. doravante denominada por "Companhia" é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. As operações da Companhia serão conduzidas de forma integrada com as empresas que integram o Grupo BTG Pactual. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517, de 30 de julho de 2015, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e orientação da SUSEP, doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP". As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do BTG Pactual Vida e Previdência S.A. no dia 27 de fevereiro de 2019. **a. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Demonstração contábil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **e. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** IFRS 9 - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: em maio de 2014, o IASB emitiu o novo pronunciamento de reconhecimento de receita, o CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos ("full or modified retrospective approach"). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma

representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. O CPC 47 foi aprovado pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 561/17, porém não há impactos significativos na Companhia. IFRS 17 - Contratos de Seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **b. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado financeiro". **Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: • A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou • Os ativos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou • O ativo financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado financeiro". **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda incluem ações e instrumentos de dívida. Ações classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente no demonstração do resultado abrangente (líquido dos efeitos tributários). Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente são transferidos para o resultado, na rubrica "Resultado financeiro". As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas,



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

evento futuro incerto ocasionando um sinistro. O CPC 11 também prevê contratos de investimento, que são aqueles em que se transfere risco financeiro (risco de mudança futura em variáveis como taxa de juros e preço de ativos) significativamente. Quando um contrato é classificado como contrato de seguro, deve-se manter essa classificação até o fim da sua vida, mesmo que os riscos de seguros se reduzam significativamente.

b. Composição por prazo e por título:

Table with columns: Custos, Mercado, %, Até 90 dias ou sem vencimento, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Mercado. Rows include Cotas de fundos de investimento, Fundos de investimentos, etc.

c. Hierarquia do valor justo:

Table with columns: Nível 1, Nível 2, Total, Nível 1, Nível 2, Total. Rows include Cotas de fundos de investimento, Fundos de investimentos, etc.

6. Títulos e créditos a receber: Os saldos dessa rubrica referem-se a impostos a recuperar sobre resgate de títulos de renda fixa, créditos tributários de prejuízos fiscais e créditos a receber com partes relacionadas.

7. Provisões técnicas:

Table with columns: Provisões técnicas de seguros - Danos, Provisões técnicas de seguros - Pessoas, Provisões técnicas de previdência complementar. Rows include Vida com cobertura de sobrevivência - VGBL, etc.

8. Teste de adequação de passivos (TAP):

Para realização do TAP, a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ - Cupom IPCA), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

a. Movimentação das Aplicações Financeiras: Saldo em 31/12/2017 340.778, Aplicações 267.125, Baixas (26.099), Rendimentos 25.736, MTM 7, Saldo em 31/12/2018 607.546.

Table with columns: 31/12/2018, Até 90 dias ou sem vencimento, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Mercado. Rows include Cotas de fundos de investimento, Fundos de investimentos, etc.

Table with columns: Nível 1, Nível 2, Total, Nível 1, Nível 2, Total. Rows include Cotas de fundos de investimento, Fundos de investimentos, etc.

Adotou-se, para composição do fluxo de benefícios, a tábua biométrica BR-EMSSb-V.2015-m. 9. Gerenciamento de riscos:

A Companhia, aprovada pela SUSEP para atuar como seguradora local, é dedicada a atividades de seguros de pessoas e previdência complementar aberta em todo o território nacional. A Companhia conta com profissionais altamente capacitados e com grande conhecimento nos nichos escolhidos, além de um nível de informatização adequado para as suas operações. A atuação focada em nichos específicos, com produtos diferenciados, permite vantagem competitiva nos negócios. A Companhia tem, como princípios norteadores, a total transparência e confiabilidade em suas operações, a realização de subscrição responsável, da mais alta qualidade, especialmente proporcionada pela sintonia entre as áreas comercial e de subscrição, de modo a produzir resultados consistentes.

lavagem de dinheiro, (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital, (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto a manutenção dos registros contábeis. Riscos de seguros: O risco de subscrição em operações de seguro e de previdência está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros e previdência. Na BTG Pactual Vida e Previdência, esse risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos envolvidos nas operações, realizados por uma equipe especializada nos produtos alvo das empresas de seguros do grupo e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência nacional e internacional.

Table with columns: 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Patrimônio líquido, Participação em sociedades financeiras e não financeiras, Despesas antecipadas, Ativos intangíveis, etc.

Risco de mercado; A companhia aloca seus ativos em cotas de fundos de investimentos e LFT e, para esses papéis, não está exposta aos impactos negativos à volatilidade de mercado.

Risco de subscrição: O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros e previdência. Este risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, como é explicado nas outras notas, realizados por uma equipe especializada nos ramos alvo do Grupo e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência nacional e internacional.

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

Table with columns: 31/12/2018, Até 90 dias ou sem vencimento, De 90 a 365 dias, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Acima de 5 anos. Rows include Disponível, Aplicações, Contas a pagar, Provisões técnicas.

• Cobertura das provisões técnicas:

Table with columns: 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Total das provisões técnicas (a), Provisão de sinistros a liquidar - DPVAT, Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT, etc.

10. Patrimônio líquido: a. Capital social:

Não ocorreu redução do capital social da Companhia no exercício de 2018. Desta forma, o capital social permaneceu com saldo de R\$ 25.000. Em 29 de março de 2018, foi aprovado a deliberação de dividendos da companhia no valor de R\$ 5.000. b. Reserva legal: Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. c. Reserva estatutária: De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social. d. Distribuição de Lucros: No exercício de 2018 ocorreu pagamento de juros sobre capital próprio deliberado em 29 de dezembro de 2017 e pago em 28 de dezembro de 2018.



11. Imposto de renda e contribuição social:		31/12/2018		31/12/2017	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido					
Resultado antes da tributação sobre o lucros e participações	229	3.516			
Participações estatutárias sobre o lucro	(129)	(353)			
Juros sobre capital próprio	-	(3.250)			
Base de cálculo	100	(86)			
Encargos às alíquotas vigentes (Inclusões)/Exclusões permanentes no cálculo da tributação:	8	32			
Debenture Incentivada	-	41			
Outras (Inclusões)/exclusões permanentes	8	(9)			
(Inclusões)/Exclusões temporárias no cálculo da tributação:	(3)	16			
Resultado da avaliação a mercado de títulos e derivativos	(3)	16			
(Constituição)/Compensação sobre Prejuízo fiscal de IR e Base negativa de CSLL	14	(87)			
IR Resgate Debenture Incentivada	-	(24)			
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social	(26)	(24)			
Referentes a diferenças temporárias					
Constituição (Reversão) no exercício	3	(16)			
Constituição (Reversão) sobre prejuízos no País	(14)	87			
Diferenças sobre períodos anteriores	(113)	-			
Ajuste de alíquotas	(3)	-			
(Despesa)/Receita de impostos diferidos	(127)	71			
(Despesa)/Receita total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(153)	47			
12. Detalhamento de contas da demonstração de resultado:					
a. Prêmios ganhos:					
	2018	2017			
Prêmios emitidos - DPVAT	17.875	22.649			
Variação das provisões técnicas	(93)	(95)			
Prêmios ganhos	17.782	22.554			

Aos Acionistas e Administradores da **BTG Pactual Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP. CNPJ: 19.449.767/0001-20**. Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores

reduzidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS,
CIBA 57
 CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
 Atuário - MIBA 2.679

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas da **BTG Pactual Vida e Previdência S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administra-

ção, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes
 (A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2018

	Em Milhares de R\$
Provisões Técnicas	
Seguros - Danos e Pessoas (Exceto VI, Dotais e VGBL) *	67.418
Provisão de Sinistros a Liquidar	7.299
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	59.839
Provisão de Despesas Relacionadas	280
Seguros - VGBL/VAGP/VRSA/VRT	352.710
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	352.665
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	45
Previdência Complementar - PGBL/PAGP/PRGP/PRSA/PRR	162.238
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	162.187
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	51
Total de Provisões Técnicas	582.366
<i>*Valores brutos de DPVAT</i>	

	Em Milhares de R\$
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	
Aplicações em FIEs dos Recursos de Provisões em Fase de Diferimento - Vida*	352.665
Aplicações em FIEs dos Recursos de Provisões em Fase de Diferimento - Previsões*	162.187
Provisões dos Consórcios DPVAT*	67.417
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	582.269
<i>*Valores não auditados conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial.</i>	

	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	26.078
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	589
Capital de Risco - Crédito (d)	517
Capital de Risco - Mercado (e)	7.595
Capital de Risco de Operacional (f)	688
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(776)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	8.613
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	15.000
Suficiência do PLA (a) - (i)	11.078

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
 Contador CRC-1SP172167/O-6



VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

